

Defensoria Pública da União pede ao MEC outro adiamento do Enem

Várias entidades científicas brasileiras também se opuseram à realização da prova no dia 17

A Defensoria Pública da União (DPU) recorreu à Justiça Federal para tentar adiar a realização das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), agendadas pelo Ministério da Educação (MEC) para começar no próximo dia 17.

Entidades científicas como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), além de organizações como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) também defendem o adiamento do exame.

Em comum, as iniciativas favoráveis à suspensão temporária sustentam que as aglomerações nos locais de prova favorecerão a disseminação do novo coronavírus e o aumento do número de casos da covid-19 em um momento em que a incidência da doença está aumentando em quase todo o país.

No novo pedido de tutela de urgência que ajuizou ontem (8), no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), o defensor público federal João Paulo Dorini afirma que não há, até o momento, “clareza sobre as



Entidades alegam que não há maneira segura de se realizar um exame para mais de seis milhões de estudantes durante o pico da covid-19

providências adotadas para evitar a contaminação dos participantes da prova, estudantes e funcionários que a aplicarão” em todo o Brasil.

Dorini lembra que a ação civil pública que corre no TRF-3 foi protocolada pela DPU e pelo Ministério Público

Federal (MPF) em abril de 2020, poucas semanas após o MEC divulgar o edital do Enem. E que, já naquela ocasião, defensores e procuradores pediam que todo o cronograma do exame fosse ajustado “à nova realidade trazida pela

pandemia”, principalmente quanto aos prejuízos que os alunos da rede pública de ensino sofreram devido às dificuldades de cumprir o programa de ensino.

“Em abril, não se sabia se as provas poderiam ser realizadas em janeiro seguinte, seja

por não se saber que o conteúdo programático do ano letivo teria sido cumprido (o que não foi, quando muito, apenas formalmente), seja por não se saber como estaria a transmissão do vírus e os riscos sanitários envolvidos”, afirma Dorini, argumentan-

do que, até o momento, “não houve uma solução judicial a contento para viabilizar a realização de um exame que não reproduza as deficiências pedagógicas nas redes estaduais de ensino durante a pandemia e que possa ser realizado de maneira segura”.

“Não há maneira segura para a realização de um exame com quase seis milhões de estudantes neste momento, durante o novo pico de casos da covid-19”, acrescenta o defensor. “Qual será o impacto de mais um aumento exponencial de contaminações em decorrência [da realização do] Enem, que não se restringirá apenas a estudantes e funcionários, mas também a seus familiares e pessoas de

Entre as alegações pela suspensão, está a questão das aglomerações nos locais de prova

suas convivências, em um sistema de saúde já colapsado em muitas cidades”, questiona Dorini ao pedir que a Justiça Federal aprecie a questão com urgência e determine o adiamento das provas.

Agência Brasil

AÇÕES E CUIDADOS

R\$ 64 milhões foram investidos pelo Inep em segurança sanitária

■ Em redes sociais, o Ministério da Educação afirmou que tem sido “diligente” na aplicação dos recursos públicos para garantir a segurança dos candidatos do Enem, bem do do Revalida e do Encceja.

Em nota divulgada em seu site, o ministério afirma que o Inep destinou R\$ 64 milhões apenas para as medidas de prevenção contra a covid-19 na aplicação do Enem (aquisição de equipamentos de proteção

individual, álcool em gel e mais locais para aplicação de provas) e detalhou as principais ações que o instituto vem adotando.

“Foram estabelecidas regras específicas para reduzir aglomerações nos locais de prova, durante a aplicação”, destaca a pasta, explicando que tais normas foram definidos em conjunto com as empresas contratadas para aplicar o exame, com base nas principais diretrizes do Ministério da Saúde e “de outros órgãos e entidades de referência”.

Segundo o Ministério, os referidos procedimentos estão detalhados em dois editais, o nº 54 e o nº 55. Entre outras coisas, os editais estabelecem a proibição da entrada e permanência nos locais de prova de qualquer pessoa sem máscara de proteção que cubra totalmente o nariz e a boca (e que, segundo o MEC, “serão verificadas pelos fiscais para evitar possíveis infrações”). Só será permitida a retirada momentânea da máscara para alimentação ou

ingestão de líquidos.

Os editais também estabelecem que, antes do início das provas, o aplicador deverá fornecer álcool aos candidatos que, antes de entrar na sala de provas, terão que higienizar as mãos. O Ministério garante que as salas serão higienizadas antes da aplicação do exame e que serão também organizadas de forma a garantir um distanciamento social adequado e “o máximo de ventilação natural” possível.

Pessoas que informaram que

fazem parte de algum grupo de risco (idosos, gestantes e pessoas com doenças respiratórias ou que afetam a imunidade) deverão receber tratamento diferenciado, ocupando salas com ocupação de até 25% da capacidade máxima.

Segundo o ministério, estes participantes já foram previamente identificados no momento da inscrição. Além disso, gestantes, lactantes, idosos e pessoas com condições médicas preexistentes (cardiopatias, doenças pulmonares crônicas, diabetes, obesidade mórbida, hipertensão, doenças imunossupressoras e oncológicas)

ocuparão salas com, no máximo, 12 pessoas.

Quem no dia da prova apresentar sintomas de qualquer doença infectocontagiosa não deverá comparecer ao local do exame, mas deverá comunicar sua condição previamente, por meio da Página do Participante. Entre as doenças para as quais os editais do Inep preveem a possibilidade de reaplicação dos testes estão: coqueluche, difteria, doença invasiva por Haemophilus influenza, doença meningocócica e outras meningites, varíola e covid-19.

Na pandemia, estudantes participam do 1º dia de Fuvest

Por causa da pandemia, a Fundação para o Vestibular modificou a dinâmica da prova

A primeira fase do vestibular Fuvest 2021, realizada ontem, foi marcada por diversas tentativas de evitar a disseminação do novo coronavírus. Por causa da pandemia, a Fundação para o Vestibular promoveu uma série de medidas, dentro e fora dos locais de exame, modificando a dinâmica da prova para ingresso na Universidade de São Paulo (USP).

Cerca de 130 mil estudantes estão inscritos para o maior vestibular do País. Mesmo assim, cenas de aproximação e famosos ‘abraços de boa sorte’ foram registrados no campus Memorial da Uninove, localizado na Barra Funda, local que concentra o maior número de candidatos inscritos, com mais de 3,5 mil vestibulandos.

Não foram registradas cenas de “formigueiro” como nos anos anteriores. O uso obriga-



Vestibular começou neste domingo, com mais de 3,5 mil inscritos

tório de máscara foi respeitado. Mas houve aglomerações principalmente no portão principal. A movimentação maior ocorreu no momento em que os portões foram abertos, às 12h, meia hora mais cedo do que no ano passado com o objetivo justamente de favorecer o distanciamento fi-

sico dos alunos até o início da prova, às 13h.

“Em grupo, muita gente acaba se esquecendo, falando alto e ficando muito próximo”, alertou Leonardo Loreti, candidato de 18 anos a uma vaga em Relações Internacionais. Para evitar a aproximação, o estudante ficou do outro lado

da rua, nas proximidades do acesso ao Metrô Barra Funda.

DIRETO PARA A SALA

Alguns vestibulandos fizeram o trajeto direto do carro para a sala de prova. Foi o caso de Ignácio Bramatti, candidato a uma vaga no curso de Filosofia. Morador de Perdizes, zona oeste, o estudante de 17 anos decidiu ir com os pais e chegar ao meio-dia, exatamente na abertura dos portões da Faculdade Oswaldo Cruz, na Barra Funda, indo direto para a sala. Preferiu esperar lá dentro. Para fugir da aglomeração, Diego Rafael Leite, que está tentando uma vaga em Medicina, chegou cedo ao local da prova, mas decidiu ficar no carro. Ele entrou por volta das 12h30, sem atropelos.

Estadão Conteúdo

Meninos da Baixada: ainda desaparecidos

Policiais fizeram buscas na Feira de Areia Branca, em Belford Roxo

A busca pelo paradeiro das três crianças que desapareceram em Belford Roxo, na Baixada Fluminense, repercutiu em grupos de WhatsApp e nas redes sociais, ganhando grande proporção. Ontem, policiais do núcleo de Descoberta e Paradeiro da Delegacia de Homicídios da Baixada Fluminense (DHBF) realizaram uma operação na Feira de Areia Branca, em Belford Roxo, Baixada Fluminense, na tentativa de localizar testemunhas que tenham vistos as três os meninos. No entanto, os agentes não encontraram ninguém



DH da Baixada Fluminense

que tivesse pistas do paradeiro das crianças. As buscas prosseguem.

Lucas Matheus, 8 anos, o primo dele, Alexandre da Silva, 10, e Fernando Henrique, de 11, foram vistos pela última vez no dia 27 de dezembro, quando saíram de casa para brincar em um campo de futebol.

Desde o registro do desaparecimento das crianças a Polícia Civil vem realizando diligências para achar o paradeiro delas.